

O PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA

Celbo Antonio Ramos da Fonseca Rosas

Professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Contato: celboantonio@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo faz parte da dissertação de mestrado defendida na UNESP de Presidente Prudente – SP em 2002, intitulada “A cafeicultura no contexto da agropecuária no extremo Noroeste paulista”, e tem como objetivo apresentar os principais contextos no processo de formação e construção do espaço do Extremo Noroeste Paulista, considerando os municípios de Santa Fé do Sul, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita d’Oeste, Santa Clara d’Oeste e Rubinéia, pois esses municípios faziam parte do município de Santa Fé do Sul, antes de sua divisão político administrativo, e formado através da colonização direcionada realizada pela CAIC. Para se realizar tal pesquisa, foram levantadas informações de fontes primárias e secundárias, objetivando a compreensão dos principais atores que organizaram e transformaram tal espaço. Verificou-se que, apesar de predatória a organização capitalista do processo de vendas de lotes, a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC) foi responsável pela baixa manutenção da concentração fundiária, pois dividiram os lotes em pequenas glebas, priorizando uma maior quantidade de compra de terras no processo de colonização, planejando desde o início da fundação municipal, um plano ordenado de urbanismo e estrutura fundiária.

INTRODUÇÃO

A compreensão do que se considera “frente de expansão”, assim como “frente pioneira”, pode ser abrangida a partir do momento de sua inserção, ou chegada em um determinado espaço, ou seja, do deslocamento de pessoas com fins distintos, dependendo do contexto na qual se encontram, para exercer nesta nova região (sócio-econômica) uma reorganização produtiva, como demonstram Waibel (1958) e Monbeig (1984).

Essa mobilidade possui sentido apenas na divisão social e territorial do trabalho, composta por diferencialidades expressadas interna e externamente à própria essência social, ou seja, a produção do espaço por diferentes atores, com objetivos semelhantes, mas diversificados conforme o processo de formação do lugar, e suas respectivas características. Segundo Pereira (1999, p. 4) “qualquer divisão social ou manufatureira do trabalho é, necessariamente, uma divisão territorial, uma vez que somente pode existir na medida que assim se configure”, pois, como argumenta Marx (1983a), configura ramos particulares e diferenciados de produção em lugares distintos, de uma região e de um mesmo país.

São com essas ferramentas que se pretende compreender e analisar a formação do processo de ocupação, baseado na presença das “frentes”, no Extremo Noroeste do estado de São Paulo, pois a frente de expansão em um primeiro momento, e a pioneira, sobrepondo-se à primeira, foram responsáveis, enquanto movimento, pela inserção da região no contexto produtivo econômico estadual e nacional, sustentado pelo avanço da cafeicultura na região, conforme o próprio movimento de diversos interesses que permeavam as pessoas envolvidas em tais processos, dentre eles os posseiros, ocupantes, grileiros, fazendeiros, companhias agrícolas e os colonos, tendo o aparelho

estatal voltado aos interesses da aristocracia rural, com um apoio referente às suas reivindicações, quando requeridas.

A FRENTE DE EXPANSÃO

No Extremo Noroeste Paulista, essas contradições baseiam-se na posse, ocupação e grilagens, tendo esse processo se iniciado na terceira década do século XIX, até meados do século XX, com a colonização pela venda de terras, quando os proprietários colonos, subjugados à Companhia Agrícola, viam-se expropriados de sua produção, para saldarem as dívidas com a colonizadora. Após este período, as relações de compra e venda de terras, sucederam-se conforme exigências do capital, sendo que vários desses colonos perderam suas terras em períodos posteriores.

O processo de ocupação do Extremo Noroeste Paulista teve seu início, apesar da controvertida história referente à origem dos documentos que deram ao ocupante (Patrício Lopes de Souza) a propriedade “legal” das terras, por volta de 1830, quando vários pequenos posseiros adentraram na região. Muitos deles, procuravam um lugar para exercer sua produção agrícola de subsistência, depois do declínio do ouro em Minas Gerais. Eram, portanto, os pequenos posseiros, os primeiros a adentrarem na região, buscando locais para que pudessem plantar e sobreviver.

Nestas circunstâncias, em contrapartida, um mineiro chamado Patrício Lopes de Souza, que se instalou nesta área também por volta de 1830, “teria ocupado estas terras e ali feito inúmeras benfeitorias” (MURAMATSU, 1984, p. 5), junto com seu escravo de nome Jeremias. Para Rubelo (2000, p. 28), sua “chegada nas extremidades da região noroeste paulista ocorreu, portanto, no sentido contrário ao de outros mineiros, que partiram de Minas (Gerais) rumo ao estado de São Paulo, e também da frente pioneira que naquele momento estava na região de Campinas, vinculada à atividade açucareira”. No entanto, nessas terras já habitavam algumas pessoas, denominadas pela cultura ocidental, índios. Segundo Ribeiro (1970), a população indígena que se localizava no extremo noroeste paulista no início do século XIX, era pertencente ao grupo *jê*, conhecidos como *Coroados*, *Guaianás*, *Bugres* ou *Botocudos*, que falavam a língua caingang.

Esta população, de acordo com Saint-Hilaire (1940), possuía um menor “grau civilizatório” que outras tribos indígenas, e praticavam a caça, a pesca e a coleta de frutas.

A luta pela sobrevivência dessa população nesta região durou pouco tempo, quando as espaçadas aldeias, por volta da metade do século XIX, foram invadidas, ocorrendo a expulsão dos índios pelos brancos, instruídos pelo novo “dono” (Patrício) das terras, que por sua vez possuía o apoio do governo imperial.

Isso ocorreu de forma diferenciada em todo oeste paulista, pois em outras partes dessa região, a população indígena foi em parte “pacificada”, e não totalmente expulsa de suas aldeias. Segundo Muramatsu (1984, p. 9) “O extermínio dos índios foi rápido. Em 1900 existiam, do que restou desta invasão, 1200 grupos Kaingang já ‘integrados’, em 1957, não passavam de 87.”

Para Szmrecsányi (1990), o resultado da decadência da mineração em Minas Gerais, depois de meados do século XVIII levou, como consequência, a saída de diversos trabalhadores à procura de outros recursos econômicos. Segundo Prado Júnior (1969, p. 169), “De meados do séc. XVIII em diante a mineração não fizera mais que declinar”. Para o mesmo autor (p. 169), a decadência da mineração está associada a “fatores naturais, que são as características peculiares das jazidas auríferas do território brasileiro, com outros mais profundos, [de caráter] econômicos e sociais”.

Aquela empreitada de 1830, conduzida por “pequenos” posseiros, e pelo “grande” ocupante, Patrício Lopes de Souza, que entrou no estado de São Paulo pelo rio Paraná, pode ser considerada como início da frente de expansão. Aproveitando-se do período em que viviam, da transição do regime das Sesmarias para a implantação da Lei de Terras, em 1850, Martins (1975, p. 46) esclarece que a frente de expansão possui como característica “justamente o uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro.”

É esta a primeira figura a aparecer no Extremo Noroeste Paulista (pequenos posseiros e, posteriormente, o ocupante), no segundo quartel do século XIX, justamente à procura de um novo horizonte para a produção de subsistência, uma vez que estas terras não possuíam nenhum dono, pois não se considera o indígena como proprietário dessas terras, depois da derrocada da mineração. “Se antes o escravo era renda capitalizada, agora é a terra” (RUBELO, 2000, p. 29), parafraseando Martins (1986).

Considerando os aspectos locais, como o de passagem de produtos (gado), pode-se considerar que, desde fins do século XIX, esta região possuía um comércio, mesmo que de pouca expressividade, da pecuária, pois a passagem do rebanho proporcionava as relações de mercado sobre o produto que passava nesta área, como afirma Monbeig (1984). Este fato era de ocorrência devido a presença da “estrada boiadeira”, que foi aberta justamente para a passagem desse rebanho, pelos mineiros que nesta região se inseriam, conforme argumenta Godoy (1995).

Nessas circunstâncias é que se instaura a primeira fase da frente de expansão no Extremo Noroeste do estado de São Paulo, no período correspondente à posse de terras nessa área, que prossegue até o ano de 1912, conduzida principalmente pelos atores já citados, sendo os pequenos posseiros, expulsos posteriormente dessas terras pelos ocupantes e posteriormente pelos grileiros.

A produção do espaço nesta fase acontece diferentemente, ou seja, estas transformações ocorrem pela produção de subsistência dos pequenos posseiros e de sua luta para manter-se no local, e do lado oposto, quando o grande ocupante, para não perder suas terras e a fim de regulamentá-las, estabelece contratos de parceria e proporciona, para alguns pequenos posseiros, a oportunidade de se instalar em “suas terras”. Neste caso, a produção de café, que foi responsável pelo avanço da frente de expansão em direção ao oeste do estado de São Paulo, ainda não se inseria neste contexto, sendo esta a primeira etapa do avanço da frente de expansão, pautada na produção de subsistência e na criação pecuária, que surgiu posteriormente à grande propriedade. Isso ocorre por volta de 1840, quando a cultura cafeeira se expande para todo o estado de São Paulo, no qual, geograficamente, encontraria condições favoráveis para o seu pleno desenvolvimento, como discute Stolcke (1986).

A formação da frente de expansão no Extremo Noroeste do estado de São Paulo teve como base a territorialização dos pequenos posseiros, que se encontravam no local mesmo antes do fazendeiro, pois a partir de sua inserção é que se fortaleceu a relação de maior reflexo no cenário regional, estadual e nacional, de grande importância, nessa área, de pequenos posseiros, antes e durante a ocupação das terras da fazenda Ponte Pensa por aquele (fazendeiro). Estes, “com o decorrer do tempo, se transformaram nos verdadeiros donos da terra, nos posseiros vivendo numa economia do excedente”. (MURAMATSU, 1984, p. 25). Porém, os posseiros, como verdadeiros donos das terras, foram submetidos ao poder do grande ocupante, excluindo quem quisesse das terras que teria ocupado.

Eram justamente essas famílias que viviam e moravam neste local, e aí sobreviviam e se reproduziam, com a produção voltada para sua subsistência. São os pequenos posseiros,

camponeses, portanto, os primogênitos na configuração espacial do Extremo Noroeste Paulista, depois da presença da população indígena.

Com a chegada de Patrício às terras do Extremo Noroeste Paulista, grande parte desses pequenos posseiros foram retirados (expulsos) de seus casebres. Acabou se redirecionando uma nova relação com outras famílias, indicadas pelo fazendeiro, que eram agregados, ou passaram a morar no local pela vontade de Patrício (alguns deles, posseiros), para assegurar a posse das terras, porém, sem objetivo de desenvolver algum tipo de produção no local.

O que se verifica dessa empreitada é que, mesmo com a retirada de alguns posseiros, desconhecidos para o fazendeiro, Patrício promoveu a vinda de mais famílias ao local, porém, de sua confiança e de seu conhecimento, deixando poucos daqueles permanecerem nas terras.

O processo de implementação da propriedade privada da terra parece, grosso modo, com o processo de arrendamento, mas diferenciando-se em sua composição histórica e, num momento posterior, todas as diferentes classes teriam que pagar pelo valor da terra. “Sendo essa a tônica das frentes de expansão da agricultura brasileira, notadamente no período posterior à Lei de Terras de 1850, o mercado de terras constituiu um cerceamento de oportunidades a novos proprietários face seu caráter especulativo” (GONÇALVES, 1999, p.127). O fato de Patrício querer “ocupar” sua propriedade fica claro quando, durante a segunda metade do século XIX, estabelece alguns contratos de parceria, para que os parceiros tomassem conta de algumas partes da fazenda, cuja área era de 503.360 ha.

É neste contexto, que a partir dos anos 1880, de acordo com Beiguelman (1987) e Martins (1986), a imigração tornou-se maciça, e é nesse momento que se forma um mercado de trabalho suficiente para atender a demanda da cafeicultura em moldes capitalistas.

Assim, toda essa funcionalidade que Patrício passara para seus parceiros empregados manteve-se mesmo depois de sua morte, no ano de 1885, pois nenhum de seus herdeiros diretos apareceu para requerer sua posse. Durante este período, ficou caracterizado o abandono das terras em caráter legalizado, pois ela ainda era ocupada por aqueles que produziam e tiravam seu sustento. Essas famílias de pequenos posseiros que viviam nessa região, anteriormente e posteriormente à ocupação de Patrício, eram os que detinham sua verdadeira posse, pois eram eles que realmente utilizavam a terra para a produção agrícola. Todas essas pessoas conseguiram permanecer no local até 1912, 27 anos após a morte do fazendeiro, quando acontece o primeiro caso de grilagem da fazenda Ponte Pensa. Até esse momento, os produtores agrícolas retiravam da terra seu sustento, e utilizavam-se dela verdadeiramente, não ficando apenas encobridos as verdadeiras intenções do fazendeiro. Depois da chegada dos grileiros, ocorre a expulsão dos posseiros das terras na qual se utilizavam.

O PROCESSO DE GRILAGEM DE TERRAS

Segundo Biscaro Neto (1993, p. 22) “A região do extremo noroeste paulista vai conhecer o processo de demarcação e legalização de suas terras a partir de 1912, quando o Estado começa a demarcar as terras devolutas”. Em não se apresentando os herdeiros legítimos de Patrício Lopes de Souza, as terras na qual localizava-se a fazenda “Ponte Pensa” continuavam sendo lavradas por seus parceiros, e por posseiros, que não saíam do local, talvez pelo sonho de possuírem um pedaço daquelas terras onde eles tanto labutaram, e para manter-se na atividade, oferecendo sustento para sua família.

No ano de 1912, os grileiros se embrenharam na região do Extremo Noroeste Paulista, sobretudo na fazenda “Ponte Pensa”. Com posse de documentos, reconhecidamente

falsificados, Bernardino de Almeida (corretor de imóveis) e seu advogado João Odorico da Cunha Glória, passaram a requerer, junto ao Cartório do 1º Ofício de São José do Rio Preto, a demarcação legal, através de agrimensores, da fazenda “Ponte Pensa”, como apresentam Muramatsu (1984) e Biscaro Neto (1993).

Há evidências de que os processos de grilagem que aconteciam no país desde final do século XIX “davam” aos grileiros várias propriedades, estimulou estes, que escolheram as terras do Extremo Noroeste do estado de São Paulo, que não possuíam um “dono” desde a morte do grande ocupante, para colocar em prática seus planos de conquistá-las e, que num período posterior, poderiam ser vendidas para fazendeiros de café.

Neste mesmo ano de 1912, outro grileiro, desta vez proveniente do Rio de Janeiro, o farmacêutico Mário Furquim, entra com mandato de posse desta mesma fazenda, com outros documentos falsificados e que, perante a Lei, alegava ser o único dono destas terras.

O fato mais estranho ocorreu ainda no final daquele ano, pois não houve disputa entre os grileiros para ver quem ficava com a posse das terras. Houve um reconhecimento mútuo dos personagens, entendendo-se como legítimos donos da área, fundando um acordo daí, surgindo a sociedade agrícola “Glória & Furquim”, caracterizando o processo de grilagem dessas terras. “Com efeito, as terras do Extremo Noroeste Paulista só se legitimam a partir de 1914, quando é consolidada nos tribunais a posse definitiva e ‘legal’ das terras à firma Glória e Furquim” (BISCARO NETO, 1993, p. 19).

Todo esse processo de grilagem que se desencadeou no extremo noroeste paulista ocorreu com o aval da justiça federal, dando ganho de causa aos grileiros. “A burguesia venceu porque contou com o substancial auxílio dos grileiros. Pois estes títulos só se tornaram títulos de propriedade mediante a ação dos grileiros” (MURAMATSU, 1984, p. 26).

Com a consolidação da posse das terras pela firma Glória & Furquim, ocorreu então, juntamente com as várias divisões entre seus donos, a dissolução de tal firma, pois esta serviu apenas para o ganho das terras. A posterior venda ocorreu a partir das parcelas que cada um recebeu, assim como todos os contribuintes para o sucesso da grilagem. O retalhamento da fazenda “Ponte Pensa” foi realizado e vendido principalmente à burguesia cafeeira, que direcionava algumas de suas atenções para o Extremo Noroeste Paulista, com o avanço da cafeicultura em direção ao oeste do estado.

SEGUNDA FASE DA FRENTE DE EXPANSÃO NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA

A venda das terras do Extremo Noroeste Paulista passou por especulações de caráter nacional e internacional, tanto é que despertava interesse de compradores europeu, para a revenda, ou como reserva de valor, para interesses próprios.

Dentre os compradores estava o inglês John Byng Paget, que em 1920 adquiriu 77.440 ha dessa área, por intermédio de seu procurador, Alfredo Norris, na localização atual da quase totalidade dos municípios do Extremo Noroeste do estado de São Paulo. A área ficou em descanso, como reserva de valor, sem nenhuma atividade agrícola ou pecuária expressiva. Apenas uma parte de um município do Extremo Noroeste Paulista, conhecida atualmente como Santana da Ponte Pensa, não fazia parte da “Gleba Paget”. A Cia. The Lancashire General Investment era possuidora destas terras, a “Fazenda dos Ingleses”, e transformou-as em pastagens muito rapidamente. Considera-se este um segundo momento, pois, devido ao surgimento de novos atores sociais no contexto, ocorre também um remodelamento na sistemática que se seguia até então, ou seja, a expulsão daqueles que ainda se encontravam nas terras, parceiros de Patrício e pequenos posseiros, para o início de uma nova etapa, pautada nas relações entre a venda das terras

aos grandes empreendedores cafeeiros e, principalmente, com a entrada de 79 famílias trazidas por Norris, para a consolidação da gleba de posse do inglês. Vê-se também que seu interesse não era o de dar uma terra para estas famílias, mas sim o de consolidar e indicar seu aproveitamento, para assegurar sua posse, aparentando o uso do solo.

Para Sallum Junior (1982), a grilagem de terras sucedia à frente pioneira, porém, o que acontece, é uma manutenção da frente de expansão com outras características, até a chegada do capital, materializado nas características da frente pioneira. Somente no ano de 1941 os herdeiros de Patrício Lopes de Souza entram com um processo reivindicando as terras. Isto aconteceu 65 anos após a morte de Patrício, tendo sido indeferido pela justiça devido à demora na entrada de recursos, muito posterior ao processo de grilagem das terras.

Apesar da grilagem, com a falsidade dos documentos, as terras foram vendidas com autenticidade para seus compradores, uma vez que ocorrera sua legalização. Os compradores (grandes empreendedores, sobretudo a oligarquia cafeeira) “não tinham culpa” de sua verdadeira legalidade. Mas as apelações dos herdeiros prosseguiram até 1953, sem sucesso algum.

Contudo, o proprietário da “Gleba Paget” não demonstrou maiores interesses em aplicar recursos nestas terras. Depois de sua aquisição em 1920, foram 26 anos de abandono por parte do seu dono, que nunca teria estado em sua propriedade durante esse período.

Poucas pessoas viviam nas fazendas neste período. Segundo Monbeig (1984, p. 220-1)

Um exemplo, é a grande fazenda Pajé, onde uma quarentena de famílias forma um povoamento de sentinelas, junto aos limites. Uma cabana e um terreno plantado com milho é tudo o que acompanha a presença desses guardas. Os proprietários vão visitá-los de tempos em tempos, para lembrar que existem, para informar-se sobre as tentativas sempre temidas de invasão e também para avaliar os progressos da região.

A AÇÃO DA COMPANHIA AGRÍCOLA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO (CAIC)

Em 1929, a crise do sistema capitalista em nível mundial acarreta conseqüências diretas ao Brasil, principalmente relacionadas à cultura do café, devido à queda de seu preço e a não absorção do produto pelo mercado. Outras culturas são estimuladas pelo Estado, além da implantação de indústrias e de uma infra-estrutura para suportar este avanço industrial no país. Segundo Sodré (1977), surgem as mais variadas formas de intervenção estatal na economia, como por exemplo, a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1931, para atender a uma crise de superprodução que afetava principalmente o Nordeste. Diante dessa desorganização econômica, a burguesia agrária buscava novas formas de investimento para a reprodução do capital, e uma das soluções foi a criação, em 1934, da Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC), tendo como maior acionista a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que perdera com a circulação e conseqüentemente com a venda do café após a crise, juntamente com um grupo de empresários cafeicultores.

A velocidade das transformações e movimento do mundo traz a necessidade de que o agora seja planejado de antemão, há algum tempo, como afirma Santos (1988). Para Sader (2000, p. 8), “Se é certo que os homens não criaram o mundo que querem, no mesmo em que o desejam, é certo que o mundo é resultado das ações humanas, entre si e na relação com a natureza”. Essas relações são estabelecidas e criadas, em grande parte de antemão, principalmente no tocante do capital, visando planejar seus passos para o aumento de sua margem de lucro.

Isso mostra o caráter da CAIC em planejar a ocupação da área, cujo objetivo era comprar e promover o retalhamento das grandes propriedades falidas, transformando-as em pequenas propriedades produtoras, colocando-as no mercado imobiliário para venda, bem como estimulando a policultura, para movimentar a ferrovia que se dirigia ao Extremo Noroeste Paulista. Como reflexo dos princípios da companhia, foi apresentado no dia 10 de outubro de 1936, em forma de uma carta, a divisão do que seriam os futuros lotes de colonização da CAIC no município de Santa Fé do Sul, e que se manteve por base no ordenamento territorial municipal, configurando-o até os dias atuais.

Observa-se um plano concreto de urbanização, e preferindo aos estabelecimentos rurais, uma facilidade de acesso à cidade, assim como à estação ferroviária, facilitando o escoamento da produção agrícola. Nas margens do local onde passaria a estrada de ferro, ficaria o distrito industrial, para uma melhor eficácia no repasse da produção agrícola. Ao norte deste, estaria o núcleo urbano, constituído em formato de quadras padronizadas (plano ortogonal). No envoltório dessa “área urbana”, ficariam os lotes rurais, com ligações diretas ao centro da cidade, para agilizar o escoamento da produção (ROSAS, 1998).

O Plano Ortogonal implantado pela CAIC possuía um traçado de fácil acesso, caracterizando-se em um sistema de quadrículas, com as quadras padronizadas em ângulos retos. Esse tipo de traçado é de origem grega, e passou a firmar-se em toda a Europa, expandindo entre os romanos, e consolidando-se ainda mais na Idade Média, como afirma Johnson (1974).

A disseminação desse plano se deu pelos colonizadores espanhóis na América Latina e pelos portugueses no Brasil, firmando-se na criação de cidades até a atualidade, justamente pela maior facilidade de circulação, não somente no interior da área urbana, mas também na interligação entre os lotes rurais, e desses com a cidade e com a estação ferroviária, visando, neste caso, o transporte de produtos agrícolas.

Segundo Perissinotto (1999, p. 84), “o caráter mercantil-exportador [...] da economia cafeeira acabou, com a ajuda das ferrovias, por constituir uma sociedade com acentuado caráter urbano”. Este processo ocorreu, principalmente, com o avanço da economia cafeeira e da ferrovia em direção ao oeste do estado de São Paulo. Este avanço fornecia as bases para o progresso urbano da capital paulista. Foi depois da crise de 1929 que a terra passou a ser centro de especulação fundiária, de negociantes e companhias de colonização particulares, nacionais e estrangeiras, como demonstra Muramatsu (1984). Nesse contexto, demonstrando interesses na área, a CAIC, em 1946, comprou as terras do Extremo Noroeste Paulista do inglês Paget.

“Negociantes e companhias de colonização dividiam as fazendas em pequenos sítios e vendiam aos ex-colonos de café ansiosos por adquirir seu tão sonhado pedaço de terra”. (MURAMATSU, 1984, p. 28). O caráter deste retalhamento realizado pela Companhia era exclusivamente mercantil, pois ao comprar esta área e dividi-la em pequenos lotes para venda, a média do lucro quase sempre ultrapassava 150%. Mesmo assim, este retalhamento possui em sua essência, um caráter de distribuição fundiária, base para uma reforma agrária reivindicada posteriormente, porém, o aspecto totalmente capitalista da Companhia fez com que esta fosse a principal beneficiária dos negócios realizados com a venda das terras.

A CAIC fora uma empresa denominada CGICB (Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil), fundada em 1928, por capitalistas agrícolas, industriais e comerciantes, que entrou em declínio sendo substituída pela CAIC. A mais significativa mudança da antiga CGICB para a CAIC foi em sua diretriz principal, que era o aplicar e

incentivar a imigração. Segundo Carneiro (1985), a compra, o loteamento e a revenda de terras passou a ser seu principal objetivo, justamente pela maior lucratividade neste ramo, conforme observado depois de 1930. Como foi observado, esse empreendedorismo que divulga a CAIC, possui caráter extremamente capitalista. O discurso de promover a expansão das pequenas propriedades agrícolas é realizado apenas para que, em sua ideologia, consiga vender lotes aos ex-colonos de café. Por trás do sonho que a Companhia perpassa aos seus compradores, nada mais faz que a exploração da venda da terra, para gerar lucros extraordinários à empresa. “No Centro-Sul, a crise em torno da produção de café determinou processos de venda de lotes para pequenos proprietários orientados para o mercado interno” (SORJ, 1980, p. 20).

Ao mesmo tempo em que novas glebas foram adquiridas por essa companhia, principalmente no extremo noroeste paulista, em que o processo e o objetivo eram o de criar pequenas propriedades baseadas na policultura, de acordo com Chaia (1980), vários povoados surgiram desses novos lotes, dentre eles: Santa Fé do Sul, Três Fronteiras, Santa Rita d’Oeste, Santa Clara d’Oeste, Rubinéia e Santana da Ponte Pensa. Neste período que começa em 1930, ocorre uma reorganização do espaço produtivo, com uma maior especialização regional de produção, e da divisão social do trabalho na agricultura. Com o declínio do café, há um aumento na produção voltada para o mercado interno, como discute Sorj (1980).

AVANÇO E CONSOLIDAÇÃO DA FRENTE PIONEIRA

A junção de interesses (Companhias de Colonização e de Transporte) trouxe à região, a caracterização da “frente pioneira”, que se alicerçava durante a formação deste processo de colonização. “A partir de 1948, quando a CAIC inicia a fundação de Santa Fé do Sul é que efetivamente se estabelece a presença da frente pioneira na região” (BISCARO NETO, 1993, p. 24). A frente pioneira trouxe, portanto, como principais atores no processo de expansão e colonização do Extremo Noroeste Paulista, os pequenos produtores rurais (proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários, entre outros), sustentados na ação da Companhia de Colonização. A cidade de Santa Fé do Sul teve sua fundação oficial, pela CAIC, no dia 24 de junho de 1948.

Diferentemente da frente de expansão, a frente pioneira tinha como base a implantação da propriedade privada (capitalista) da terra, pois lá, a terra não era ocupada, mas comprada, tornando-se capital para os novos proprietários, como destaca Martins (1975). A frente pioneira caracteriza-se, portanto, como a consolidação de grande parte das relações que se desencadeavam na frente de expansão¹⁶, criando vínculos dos mais diversos com o lugar, como o econômico, fortalecendo o mercado. “A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas” (GONÇALVES, 1996, p. 149).

A consolidação da frente pioneira exprime um movimento populacional (social), mediante à frente de expansão, de incorporações de regiões ainda desconhecidas à economia de mercado. Essa incorporação é reestruturada pelo movimento da própria frente de expansão, pois esta busca sempre novas perspectivas de áreas para produzir, levando ao sistema capitalista novas arestas de uma economia a se fortalecer num futuro próximo, destinando à região como potencial para exploração capitalista, transformando-a e caracterizando-a como frente pioneira.

Na produção desta frente pioneira que se instaura no Extremo Noroeste Paulista, a cafeicultura era trazida como produção de mercado, depois da instalação definitiva dos novos proprietários, principalmente no início da década de 1950, mas não como principal fonte geradora de subsistência dessa frente, em seu processo de consolidação, uma vez que a cultura de subsistência era seu principal objetivo, nesta região, conforme

objetivos pré- estabelecidos pela CAIC. Assim, os proprietários viam-se submetidos à produção de mercadorias que viessem a apresentar um retorno em curto prazo, porém, a plantação de café era seu principal viés econômico.

Com a sua “estabilização” na propriedade, os colonos precisavam produzir rapidamente para que pudessem pagar suas dívidas com a Companhia, e o café não era a melhor opção financeira no momento, além de demorar entre dois e quatro anos para uma produção consistente. Seu cultivo era um anseio que norteava a frente, já que a maioria era de ex-colonos de fazendas de café, mas seu fortalecimento foi gradativo, mesmo porque, os pioneiros procuravam um lugar para assentar-se e produzir, depois da queda na produção desse produto. Este processo foi consolidando-se e ganhando importância, quando a região passa a ser gradativamente inserida no contexto econômico paulista. Para Gonçalves (1999, p. 145), “Essa outra cafeicultura, que iria ser a base da atividade nos anos seguintes, foi montada com o acesso à terra de ex-colonos, tanto nas áreas antigas de café, como nas novas frentes de expansão da fronteira agrícola do Extremo-Oeste Paulista [...]”

Segundo os documentos editados pela CAIC em 1933 (CHAIA, 1980, p. 30), a cultura de café poderia ainda ser plantada pelos pequenos colonos, mas tornar-se-ia inviável para os fazendeiros, devido a quantidade produzida, assim como o preço do produto. Não se levava em consideração, porém, as dificuldades econômicas dos colonos. Era objetivo primordial para esses, a produção agrícola de rápida colheita, e o baixo custo para a plantação, como o feijão, o arroz, o milho, entre outros, uma vez que saldar as dívidas para com a CAIC era o principal anseio dos produtores. Uma vez estabilizada suas finanças, os colonos começariam a plantação do café, que se expandiu principalmente no decorrer da década de 1960.

A frente pioneira procurava atender suas necessidades e superá-las, produzindo para o mercado que lhe abria, muitas vezes, em suas próprias relações internas (da frente). Porém, o que se estabelece pela Companhia Agrícola, nada mais é que um negócio de terras, tipicamente capitalista, numa forma de negociação comercial, e não a preocupação de colonização racional com distribuição fundiária para pequenos colonos, pois o “modo de produção capitalista é um modo de produção de mercadorias” (GONÇALVES, 1996, p. 145), neste caso, as terras.

A região colonizada tornou-se alvo de cobiça de muitas pessoas de todo o Estado de São Paulo e de outros Estados. Sobre isso, Reis (1990, p. 31) observa que “para esta região, milhares de famílias vieram a partir do loteamento efetuado pela CAIC [...]. Os que compraram pequenas propriedades eram, em sua maioria, ex-colonos remanescentes das fazendas de café” de regiões que se encontravam em decadência econômica em função dos baixos preços desse produto no mercado nacional e internacional.

Desta forma, o que se analisa, em geral, é que o café, juntamente com o avanço ferroviário, foi o principal motivo que direcionou e impulsionou o avanço do processo de colonização no estado de São Paulo. Contudo, o extremo noroeste, distante cerca de 600 quilômetros da capital paulista, tem o processo de colonização tardio. “O processo de expansão da estrada de ferro rumo ao oeste paulista está, até a década de 40, ligado ao desenvolvimento da cafeicultura paulista” (BISCARO NETO, 1993, p. 12).

Após a crise de 1929, com a falência dos produtores de café, a alternativa foi a implantação de companhias de imigração e/ou colonização, ou seja, a venda de terras, assim como as imigrações, foram os principais produtos de expansão da colonização depois do final da década de 1930.

A CAIC tornou-se posteriormente uma empresa pública de mecanização agrícola e subsidiária da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e tinha conhecimentos prévios sobre a expansão dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquarense. Segundo Matos (1974,

p. 102). “A Araraquarense, que desde 1912 tinha a [ponta] dos trilhos em Rio Preto, estende-os até Mirassol (onde também permanecem vários anos) e só depois de 40 continua na direção do rio Paraná, cujas margens foram alcançadas em 1952”.

O que se esperava com o avanço ferroviário, pautado nas condições de colonização existentes, era o mais fácil acesso ao comércio, podendo levar seus produtos, da policultura ao café, até os centros consumidores da Capital paulista, e também ao porto de Santos, já que “nas exportações predominam os gêneros alimentícios, principalmente de origem vegetal, representando 2/3 da quantidade e a metade do valor” (FRANÇA, 1960, p. 131). Este era mais um atrativo para que os colonos viessem a adquirir terras da CAIC no Extremo Noroeste Paulista, e mais um motivo de comemoração por parte dos empresários, que lucrariam cada vez mais com sua inserção na região, que se efetivaria somente no ano de 1952. “Muitas famílias tradicionais da cafeicultura paulista ganharam grandes fortunas no mercado especulativo de terras, talvez mais que com o próprio café” (GONÇALVES, 1999, p. 127).

Toda essa rearticulação dos espaços acontecia, todavia, com grande influência do Estado, que financiava grande parte das expansões das redes de transporte, assim como a integração, que ocorria não somente com o restante do país, mas em direção ao interior do estado de São Paulo.

No período que antecedeu a compra da “Gleba Paget” pela CAIC, em 1946, a ferrovia avançava em direção ao Extremo Noroeste Paulista, sendo um dos principais incentivadores para a posterior venda de terras pela Companhia. “Foi principalmente quando os trens entraram em serviço até Votuporanga (1944) que se intensificou a publicidade e aumentou a venda das terras neste resto de sertão” (MONBEIG, 1984, p. 229). Esse avanço ferroviário trouxe à CAIC, um número extraordinário de vendas de lotes rurais. “A iminência da chegada dos trilhos e o conhecimento de seu traçado foram aqui os elementos decisivos” (MONBEIG, 1984, p. 229) para que se efetivasse o processo de colonização realizado pela CAIC, juntamente com a expansão da cafeicultura em direção ao oeste paulista. Observa-se, dessa maneira, a concretização do binômio café-ferrovia para a consolidação da colonização no Extremo Noroeste Paulista.

Este caráter de procura por novos horizontes para uma produção agrícola trouxe para toda a região do Extremo Noroeste Paulista, um desenvolvimento econômico pautado nessas novas (re)organizações que se desencadeavam, expressadas territorialmente pelo avanço de uma forma mais eficaz e de menor custo (transporte ferroviário) para transportar produtos aos principais centros comerciais e consumidores, como interesse da CAIC e dos produtores.

A compra da “Gleba Paget” foi a maior realizada pela CAIC em todo estado de São Paulo, tanto em área, quanto em número de lotes. Para que se realizasse com sucesso a venda dos lotes pela CAIC aos colonos, principalmente os italianos, como indica Muramatsu (1984), era necessária a criação de cidades, com uma infra-estrutura, precedente à colonização rural, para que chamasse a atenção dos compradores. Foi assim que foram fundadas as cidades (vilas) do Extremo Noroeste do estado de São Paulo, conforme explicita Monbeig (1984). Com a estruturação das cidades, ocorre a venda dos lotes rurais aos colonos, com diferenciados preços e tamanhos, variando entre 7,26 ha (3 alqueires paulista) até 72,6 ha (30 alq.), com uma média de toda a região de 48,67 ha, considerando toda a araraquarense.

A CAIC passou a vender um imaginário para os colonos. Uma imagem do “sertão” desbravado e colonizado pela CAIC e que estava preparado para a chegada do colono. A ideologia que esta difundia para efetivar sua venda caracterizava a venda do imaginário, pois os compradores não conheciam o local e a realidade que vivenciarão

posteriormente à sua territorialização no local, sendo que a Companhia mexia com o inconsciente das pessoas.

Quando a CAIC partia para trazer um grupo de possíveis compradores de lote, fazia com que estes se sentissem donos, repassando todas as regalias possíveis naquele período. Era oferecido o transporte de ida e volta por caminhões, além de refeições durante sua estadia no lugar. Porém, toda esta regalia terminava quando ocorria a compra da terra pelo colono, que se sentia estimulado pela propriedade e por almejar sua vida em progresso na região. Era utilizado, desta forma, o poder²⁰ simbólico para persuadir os compradores.

De acordo com Löwy (2000), realizando uma leitura sobre Marx, são as classes sociais que “criam e formam” as superestruturas, ou seja, as visões sociais do mundo, mas estas são elaboradas e sistematizadas pelos “representantes políticos e literários”, ou seja, os ideólogos. Dessa forma, a ideologia não representa somente os interesses econômicos de uma sociedade, mas a sua situação social.

As pessoas eram, portanto, influenciadas pela imposição ideológica, e sem que percebessem, acabavam sendo introduzidas neste sistema mercadológico, com o sonho de ser proprietário de terra. Ainda na atualidade, as pessoas ou filhos de compradores de terra da CAIC, a vêem como materializadora de seus sonhos e anseios, sendo a responsável pela aquisição de uma propriedade privada pelos produtores rurais.

Este fato demonstra claramente a extrema alienação aos fatores ocorridos, sendo condizentes com as políticas aplicadas pelos diretores da CAIC, tecendo considerações positivas em relação ao acontecido.

Mas a propaganda ideológica de que neste local existiam muitas terras de boa fertilidade era verídica, porém, deveriam ser desmatadas, pois havia muita madeira nobre, posteriormente vendida pelos fazendeiros e arrendatários (indiretamente) para a expansão da ferrovia, o que não era um trabalho fácil. Porém, esta comodidade era apenas apresentada de princípio, pois a verdadeira empreitada do colono, depois de sua mudança, era de trabalho duro para pagar suas dívidas com a empresa colonizadora no espaço de tempo mais curto possível, uma vez que a dívida poderia levar à perda da propriedade.

Do final da década de 1940, a meados da década de 1960, houve uma extração intensiva de madeiras de lei, que serviam, principalmente, para abastecer o avanço da linha férrea que se dirigia para a região do extremo noroeste do estado de São Paulo, sendo o município de Santa Fé do Sul, o maior extrator de madeira da região de Pereira Barreto. No ano de 1960, eram extraídos 21.698 m³ de 1213 estabelecimentos rurais, enquanto que os dados publicados no Censo Agropecuário de 1970, são demonstrados com um decréscimo de 82,9% nos estabelecimentos extratores, levando a uma escassez desta matéria-prima na região, extraído apenas 3 m³, devido à extração desenfreada e predatória, por parte dos arrendatários, porém, para o usufruto do fazendeiro, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, fazendo desaparecer quase por completo o produto da região.

Observa-se que a extração de madeira servia como fonte de renda para o fazendeiro, por meio do trabalho dos arrendatários, uma vez que o destino da madeira era a Estrada de Ferro Araraquarense (EFA), em sua maioria, já que o avanço dos trilhos em direção ao extremo noroeste paulista se desenvolvia com rapidez, principalmente, pela estrutura oferecida pelos fazendeiros, que se baseavam no uso da mão-de-obra arrendatária, que realizou quase que totalmente o trabalho bravio do desmatamento das florestas da região.

O que se instaurava era, portanto, uma transferência de venda da força de trabalho, do fazendeiro de café, enquanto colono, para a Companhia de terras, representada pela

CAIC. Seu trabalho, antes apropriado pelo latifundiário, neste momento passa a ser explorado pela empresa agrícola de terras. Tem-se, portanto, nestas duas diferentes classes (fazendeiro e companhia de terras), a personificação do capitalista em tempos distintos, mas com o mesmo caráter de apropriação do trabalho e da riqueza produzida pelo trabalhador.

Com esta característica, era necessário adquirir lucros com maior rapidez e dinamismo para pagar a CAIC. Para tanto, o café não seria eleito o principal produto agrícola, pois a demora entre a sua plantação e a colheita, tornava-se incompatível. Era necessária a plantação de culturas que dessem rendimentos mais rápidos, como a do algodão, arroz, milho, feijão, amendoim e mamona, como explicita Muramatsu (1984). A produção cafeeira foi realizada durante os anos posteriores à estabilização do colono, que se caracterizava como pequeno proprietário, no final da década de 1940 e início da seguinte.

Estava, neste momento, começando a organização espacial da região submetida a todas as dificuldades expostas em detrimento da compra das terras, pela CAIC. Segundo Moreira (1996, p. 38) “é a estrutura econômica da formação econômico-social que determina a organização espacial, mas é a conjuntura política que comanda seus movimentos (processos e formas)”.

As imensas dificuldades encontradas pelo produtor, desde a plantação, passando pela colheita, ditadas pelas oscilações de mercado, e principalmente, para saldar sua dívida com o capitalista, levaram em várias circunstâncias a retirada deste homem da terra. A falência do pequeno produtor foi causada pela apropriação do grande capital, ou seja, quando este não conseguia finalizar suas dívidas, entrando em decadência econômica, tinha que vender suas terras para o grande capital, para o fazendeiro de café. Este fato começou a surgir na região depois de dez anos de derrocada, quando no decorrer da década de 1950 até o início da década de 1960, os grandes latifundiários e a CAIC começaram a comprar estas terras dos produtores falidos. Ocorria uma retomada das terras, e expropriação dos pequenos produtores que tinham dificuldades de se estabilizar depois de tal acontecimento, haja vista que as terras eram compradas por preços inferiores ao verdadeiro valor real.

Todo esse processo de compra e venda de lotes pela Companhia é sobretudo representado para os colonos, no trabalho alienado que estes exercem para saldar suas dívidas com a empresa agrícola. Para Marx (1983b, p. 90), “O trabalho não cria apenas bens; ele também produz a si mesmo e o trabalhador como uma mercadoria e, deveras, na mesma proporção em que produz bens”.

Fica evidente que, ao comprar as terras o pequeno produtor se descapitaliza, não tendo condições de investir em sua produção. A dificuldade em adquirir os meios para produção (sementes, adubação, defensivos, entre outros itens básicos), e posteriormente colocar seus produtos à venda, quando seus preços fossem condizentes com o custo de produção, levou o pequeno produtor a encontrar muitas barreiras, tanto técnicas quanto mercadológicas. Alguns devolveram as terras, e um fazendeiro chamado José Carvalho Diniz, onde atualmente se localizam os municípios de Rubinéia e Santa Clara d'Oeste, respectivamente.

Neste período ocorre, principalmente, a saída do homem do campo, pois a retomada das terras pelo latifundiário trouxe a expansão da pecuária de corte, sempre presente na região, que necessita de pouca mão-de-obra, além dos grandes atrativos e comodidades aparentes trazidas pelo crescimento das cidades. Com a perda das terras, o produtor que tanto onerava sua propriedade, viu-se submetido à expropriação, à negligência, tendo uns que sair da região como trabalhador temporário, outros, tentar a sorte nas cidades,

principalmente aquelas de fronteira, em Mato Grosso e Rondônia, e aqueles que não conseguiam a estabilização econômica, acabavam por aumentar o número de proletários urbanos provindos do campo.

Depois da colonização por propriedades de pequena extensão territorial, o processo se desenrola ao contrário, pois há um aumento da concentração fundiária em toda a região, ante as dificuldades encontradas pelos pequenos agricultores em ressarcir suas dívidas.

Os fazendeiros aproveitam-se deste declínio econômico dos pequenos proprietários para adquirir grande parte das terras, direcionando a produção, principalmente, para a criação extensiva de gado.

PARA NÃO CONCLUIR

É neste período que Santa Fé do Sul, até então era um distrito de Três Fronteiras, com a rapidez e o interesse de seus representantes, dentre eles o deputado Salles Filho, que possuía relações com a CAIC e com o Estado, consegue a elevação do povoado diretamente à categoria de município com a promulgação da Lei nº 2456, de 30 de dezembro de 1953, já que o interesse maior da Companhia Colonizadora, era a municipalização de Santa Fé do Sul, e não de Três Fronteiras, pois a área de colonização da CAIC não abarcava este último município, e os interesses econômicos encontravam-se verticalizados para Santa Fé do Sul, totalmente colonizada pela Companhia.

Em meados da década de 1950, a pecuária extensiva teve uma ampliação em sua produção, devido ao aumento no preço da carne no mercado nacional, que incentivava os produtores a investirem na formação de pastagens. Porém, já existia um pequeno comércio na região desde o final do século XIX, pois essa área era uma passagem de gado, saindo de Mato Grosso em direção a Barretos, conforme explicita Monbeig (1984), pela “estrada boiadeira”, aberta pela passagem dos mineiros que levavam seus rebanhos para algumas invernações, em direção a Araçatuba, Rio Claro e Araraquara, como argumentam Muramatsu (1984) e Godoy (1995).

A colônia Paget servia de passagem para o gado que vinha do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), dirigindo-se para o leste do estado. Com isso, uma das divisões de área realizada pela CAIC, foi objetivada com base nas produções de café e na pecuária. Isso ocorreu por serem as produções com maior lucratividade entre alguns produtores (de maior poder financeiro). Além disso, a parte destinada à pastagem não foi totalmente ocupada inicialmente, ficando terras ociosas para produção agrícola.

Em 1950, um grande latifundiário comprou, de forma duvidosa, 15.730 ha, dos 19.287 ha destinados à pecuária, área que até então se encontrava intacta. Esta aquisição se deu, de acordo com Muramatsu (1984), para saldar antigas dívidas que a CAIC tinha com o fazendeiro. Esta proposta foi aceita imediatamente por “Zico Diniz”, que além desta área, adquiriu também 40 lotes urbanos localizados nas melhores áreas da cidade.

Formaram-se então, as fazendas Mariana e do Bosque (São João), localizadas nos atuais municípios de Rubinéia e Santa Clara d’Oeste. Como não poderia deixar de ser, o fazendeiro segue o caminho direcionado pela CAIC, que era o da pecuária extensiva, ignorando a plantação de café em grande escala para a comercialização.

As diferencialidades na formação do espaço da região localizada no extremo noroeste paulista são decorrentes da estrutura produtiva brasileira, construída historicamente, baseada na forma de colonização do país em diferentes espaços, por diferentes atores sociais.

Esta reestruturação espacial fundamentada na volta da grande propriedade, assim como a presença marcante do arrendatário na região, vai direcionar o movimento social e econômico durante algumas décadas, principalmente na produção extensiva de gado,

assim como na consolidação do café, que continuava sendo plantado por pequenos produtores já sem dívidas.

Posteriormente, ainda ocorreu diversos processos na construção do espaço do Extremo Noroeste Paulista, como o movimento dos arrendatários conhecido como “Arranca capim”, e o posterior desmembramento do município de Santa Fé do Sul com a Lei Quinquenal de nº 8.092 de 28 de fevereiro de 1964, e redelimitada no final da década de 1980, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução da área total dos municípios do Extremo Noroeste Paulista (Km²)

	1960	1970	1980	1991	1996
Santa Fé do Sul	1.171,0	170,0	170,0	208,9	208,9
Santa Rita d'Oeste	-	194,0	210,0	210,8	210,8
Santa Clara d'Oeste	-	216,0	159,0	183,9	183,9
Rubinéia	-	246,0	204,0	235,0	235,0
Santana da Ponte Pensa	-	118,0	118,0	130,3	130,3

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991; Contagem populacional de 1996.

O Extremo Noroeste Paulista é baseado em uma área correspondente a 968 Km², o que corresponde a 96.800 ha. Anos após o desmembramento da área que correspondia ao município de Santa Fé do Sul, mais precisamente em 1971, tem início o processo de alagamento do rio Paraná, necessário para a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, terminado por completo no ano de 1973. Devido a este alagamento, no município de Rubinéia, maior afetado do extremo noroeste paulista, teve que mudar o local da cidade para 1,5 Km ao norte, para continuar com sua sobrevivência. Em Santa Fé do Sul, o alagamento atingiu uma área de 29 Km², ou 2.893,79 ha do município, não afetando, contudo, a área urbana (ROSAS, 1998).

O que se observou, portanto, em termo do processo de colonização, foram as diferentes importâncias que se desencadearam durante tal transformação espacial, desde a presença de ocupantes, posseiros e grileiros, até a compra e venda das terras pela CAIC, para pequenos produtores rurais, ex-colonos de fazendas de café.

Referências

- BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro - Aspectos Políticos**. São Paulo: Livraria Pioneiro, 1987.
- BISCARO NETO, Natal. **Memória e Cultura, na História da Frente Pioneira (Extremo Noroeste Paulista - décadas de 40 e 50)**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, Campinas, SP, 1993.
- CARNEIRO, Honório de Souza. **A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FESP, 1985.
- CHAIA, Vera Lúcia M. **Os Conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul SP (1959-1969)**. 1980. x f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - USP, São Paulo, 1980.
- FRANÇA, Ary. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- GODOY, Paulo R. Teixeira. **A expansão da fronteira agrícola na Alta-Araraquarense: o caso do município de Santa Fé do Sul (1930-1960)**. 1995. Dissertação (Mestrado) - UNESP, Rio Claro, 1995.

- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Estrutura Agrária e Dominação no Campo: Notas de um Debate**. In: SANTOS, Milton. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GONÇALVES, José Sidnei. **Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira**. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.
- JOHNSON, James H. **Geografia urbana**. Barcelona: Oikos-tau, 1974.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. **O Capital** São Paulo: Abril, 1983a. V.1.
- _____. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Eric. **Conceito Marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983b.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo: Edições Arquivos de Estado, 1974. (Coleção Monografias).
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Polis, 1984.
- MOREIRA, Ruy. Repensando a geografia. In: SANTOS, Milton. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MURAMATSU, Luiz Noboru. **As revoltas do capim (Movimentos Sociais-Agrários do Oeste Paulista) 1959-19 70**. 1984. Dissertação (Mestrado) - FFLCH — USP, São Paulo, 1984.
- PEREIRA, Diamantino. O espaço das ciências humanas. **Revista Bibliográfica De Geografia Y Ciências Sociales**. Biblio 3W: Universidad de Barcelona, n.153, 1999. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-153.htm>>. Acesso em: 4 de jan. 2000.
- PERISSINOTO, Renato M. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: FAPESP; Campinas: UNICAMP, 1999. Tomo I.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- REIS, Nazareth dos. **Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara d'Oeste**. Dissertação (Mestrado) - PUC, São Paulo, 1990.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- ROSAS, C. A. F. **A estrutura da produção agrícola do município de Santa Fé do Sul - SP**. Presidente Prudente – SP: FCT/UNESP, Relatório de Pesquisa CNPq/PIBIC, 1998.
- RUBELO, João G. N. **A produção camponesa no município de Jales - SP**. 2000. Dissertação (Mestrado) - FCT/UNESP, Presidente Prudente – SP, 2000.
- SADER, Emir. **Século XX, uma biografia não-autorizada: o século do imperialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Livraria Marfins, 1940.
- SALLUM JUNIOR., Basilio. **Capitalismo e cafeicultura: Oeste Paulista, 1888-1930**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SODRE, Nelson Werneck. **Brasil: radiografia de um modelo**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850 - 1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSANYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.